

Economista diz que Lula repete erros

Balanço da era FHC em comparação com governo atual será apresentado hoje em Brasília

Ivanir José Bortot
de Curitiba

A redução das taxas de juros é mais eficaz na busca do equilíbrio das contas públicas do que o atual esforço do governo de Luiz Inácio Lula da Silva de obter recorde de superávit primário, segundo a economista e funcionária licenciada da Secretaria do Tesouro Nacional, Selene Peres Peres Nunes, autora de um estudo sobre “a era FHC e o governo Lula”, feito para o Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), que será apresentado hoje na Câmara dos Deputados. Segundo ela, o governo corre o risco de repetir os mesmos erros de Fernando Henrique Cardoso: o uso exagerado de política monetária restritiva para garantir a estabilidade, cuja consequência foi um aumento da carga tributária, despoupança do setor privado e elevado endividamento público, o que provoca restrições ao crescimento da economia.

“Acho que falta ao governo a percepção de que não pode adiar o desenvolvimento social para fazer o ajuste. Não dá para conseguir metas recordes de superávit primário e atropelando tudo. O equilíbrio fiscal dará pela política monetária,

e não pela geração de superávit primário”, disse ela. A máquina administrativa, segundo Selene está tão desestruturada neste início de governo que a Secretaria de Orçamento e Finanças deixou de gastar R\$ 1,2 bilhão, deixando as despesas abaixo do que havia sido contingenciado e do atendimento as metas fiscais fixadas pelo Fundo Monetário Internacional(FMI).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu com o compromisso público de promover o crescimento econômico, gerar empregos, reduzir as desigualdades sociais e erradicar a fome, disse ela, mas, na prática, isso não ocorreu pelo aperto fiscal e monetário. A economia teve crescimento negativo, a taxa de desemprego ficou em 12,3% em 2003, ante 10,5% em 2002, e a renda média dos brasileiros foi reduzida em 12,9%, em termos reais, segundo a economista.

O governo radicalizou no ajuste fiscal ao elevar a meta fiscal de

3,75% para 4,25% do PIB, acrescentou Selene, e o esforço foi tanto que o superávit atingiu a 4,32%, com consequência sobre os gastos sociais. O governo realizou cortes de R\$ 14,1 bilhões, seguidos de uma liberação de R\$ 1,4 bilhões e outra de R\$ 300 milhões, disse.

“Além disso a ineficiência da máquina administrativa, inchada pela criação de cargos distribuídos em 32 ministérios, fez com que, mesmo depois do contingenciamento, 20% dos recursos autorizados não foram gastos”, disse ela.

Mais significativo, segundo a economista, é o fato de o Plano

Plurianual 2004/2007 indicar que manterá esta mesma meta de superávit fiscal de 4,25%. O governo de FHC teria ficado em cima do muro até 1998 quando deveria aprofundar o ajuste fiscal para que fosse possível a redução dos juros, disse. Lula fez a opção de “tudo pelo fiscal”, só que realizou uma reforma tributária que vem onerando os custos das empresas e com isso não viabilizar a geração de emprego e crescimento, acrescentou. “A política fiscal apaziguou os ânimos do mercado, o risco país caiu, mas com um endividamento líquido de R\$ 145,2 bilhões e a que custo social?”, disse Selene.

“É lastimável constatar que o governo Lula promoveu mais do que continuidade, e sim um aprofundamento dos erros de FHC, sem a mesma eficiência nos acertos na área social”, disse Selene em seu estudo. Para ela, continua-se fazendo o mesmos discursos de que é preciso aumentar o esforço fiscal para reduzir a relação dívida/PIB, que atingiu a 58,2% em 2003, acima de 55,5% em 2002.

A conclusão “óbvia” é que, apesar do esforço, o superávit primário gerado ainda não é suficiente para pagar juros e reduzir a dívida, e, ainda assim, o Banco Central reluta em reduzir juros com medo da inflação,

disse. A taxa de juros é, ainda, a variável-chave para gerar expectativa de expansão da demanda consumo de bens e de novos investimentos e estabilização da dívida pública, cujo ônus não deve caber apenas à política fiscal, acrescentou. Fernando Henrique Cardoso, no início de seu governo, buscou compensar o desequilíbrio das contas externas com a manutenção das taxas de juros.

Em 1995, a taxa Selic média chegou a atingir a 54,92% ao ano e depois teve trajetória decrescente, voltando a níveis “estratosféricos” em reação às crises da Ásia e da Rússia, disse ela. Embora juros de 20% ao ano sejam proibitivos para vários investimentos, em novembro 1997 a taxa Selic atingia em termos nominais 45,9% e em outubro de 1988, em meio a crise da Rússia ficou em 41,58%, acrescentou.

“É claro que as taxas de juros elevadas contribuíram para o desaquecimento da demanda interna na época”, disse a economista. A taxa de desemprego, que era em 1995 inferior a 5%, atingiu a 8,26% em 1999, e o governo de FHC chegou a comemorar a retomada do crescimento em 2000, mas a crise energética e a mudança do cenário externo, com o contágio da Argentina e os atentados nos Estados Unidos, um ano depois, frustraram as expectativas, disse Selene.

“Apesar disso, é interessante constatar que as taxas reais médias de crescimento econômico no primeiro mandato de FHC (1995-1998) ainda ficaram um pouco acima da média do período anterior ao Plano Real (1,38%), voltando a um patamar semelhante ao da década de 1980. Possivelmente, a explicação está no fato de que, nesse momento, a política fiscal ainda não era tão restritiva”, acrescentou ela.

No segundo mandato de FHC (1999-2002), a situação agravou-se, com a combinação de políticas monetária e fiscal restritivas, incluindo uma taxa de juros ainda muito elevada, aumento de carga tributária e expressivos cortes de gastos públicos; em consequência, produziu-se uma taxa de crescimento ainda mais baixa, em média de 1,64%, disse a economista.

“O efeito mais perverso da elevação das taxas de juros foi o crescimento da dívida líquida do setor público (DLSP). Contrariamente à trajetória declinante observada na fase de remonetização imediatamente posterior ao Plano Real, a dívida voltou a crescer já em setembro de 1995, acompanhando os movimentos das taxas de juros. Esta foi uma das razões pelas quais a DLSP passou de 29,35% do Produto Interno Bruto (PIB) em janeiro de 1995 para 56,53% do PIB em dezembro de 2002”, disse ela.

Além da elevação das taxas de juros, a privatização e a emissão de títulos da dívida externa no mercado de crédito privado contribuíram subsidiariamente para manter elevado o fluxo de capitais externos para o Brasil, embora sua motivação fosse basicamente fiscal, disse a economista. No caso da privatização, dos US\$ 105,3 bilhões arrecadados, sendo 88,7% desse valor durante os dois mandatos de FHC, US\$ 41,7 bilhões representaram entrada de investimentos externos, disse ela.

As emissões de títulos da dívida externa no mercado de crédito privado atingiram um estoque de US\$ 38,28 bilhões em dezembro de 2002, sendo realizadas em mercados e moedas diversificadas, disse. Assim, uma análise da DLSP revela que, apesar de o acesso ao mercado internacional de crédito privado ter sido retomado em maio de 1995, ocorreu uma expressiva substituição de dívida externa por dívida interna. Ao final de 2002, a dívida interna já correspondia a 78% do total da DLSP, acrescentou ela.

“Uma marca da política fiscal dos oito anos do governo de FHC foram as medidas de natureza estrutural. No primeiro mandato de FHC, a estratégia de reação do governo para conter o crescimento da dívida concentrou-se na aprovação das reformas administrativa, previdenciária e tributária, além do aprofundamento do processo de privatização. Pretendeu-se, desse modo, evitar um ajuste fiscal de curto prazo com cortes de gastos que comprometeriam os projetos sociais. O primeiro ajuste baseado em cortes de gastos, conhecido como ‘Pacote 51’, só foi adotado em novembro de 1997”, disse ela.

A reforma tributária não chegou a ser aprovada, e, no caso da reforma da previdência, proposta em 1995, somente foi aprovada em 1998, disse. “Contribuíram para o atraso na aprovação a falta de apoio dos partidos de oposição e a falta de consenso na base do governo”, disse ela. “A perda do ‘timing’ do ajuste na previdência e a falta de consenso na reforma tributária, relacionadas à condução política das Reformas, foram dois dos principais erros do período FHC”, disse Selene em seu estudo.



Selene Peres Peres Nunes